

- OLIVEIRA, A. U. De. O econômico na obra Geografia Econômica de Pierre George: lementos para uma discussão. In: MOREIRA, Ruy (org). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982, p 23-32.
- PARETO, Vilfredo. **Manual de economia política**. Buenos Aires: Atalaya, 1945.
- PATERSON, J.H. **Terra, trabalho e recursos - uma introdução à Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- REPETTO, Luís G. **Geografía económica general**. 2ª ed. Buenos Aires: Kapeluz, 1959.
- REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro, n. 3, ano 32; n 3. ano 50, 1970 - 1988.
- REVISTA DE GEOGRAFIA da UNESP. São Paulo, n. 1-10, 1982-1991.
- ROSSETTI, José. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1988.
- SCHIMIDT, Walther. **Geografía económica**. 5ª ed. Barcelona: Labor, 1955.
- SCHWARTZ, Gilson. **Decifre a economia**. São Paulo: Saraiva, 1991.
- SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- SPOSITO, Eliseu S. Fluxos e localização industrial. In: MELO, Jayro G. (org.). **Região, cidade e poder**. Pres. Prudente: GASPERR, 1996.
- TORRES, Antonio P., SAENZ, Alfredo. **Geografía económica**. Barcelona: Ramon Sopena, 1972.

NOTAS PARA UMA ANÁLISE DOS PARADIGMAS DE INTERPRETAÇÃO DA PESQUISA URBANA FRANCESA E LATINO-AMERICANA SEGUNDO TOPALOV E JARAMILLO¹

Tânia BOVOLATO²

Maria Encarnação Beltrão SPOSITO³

Resumo: A pesquisa urbana, realizada por profissionais de diferentes formações (urbanistas, geógrafos, sociólogos, antropólogos), tem conhecido uma "crise" paradigmática, nos últimos anos, assim como outras áreas da pesquisa no campo das ciências sociais. Podemos avaliar esse momento como resultado do declínio da importância das pesquisas urbanas com base em referenciais marxistas, por razões de diferentes ordens, que permitiram a emergência e convivência, ainda que conflituosa, de diferentes propostas paradigmáticas. Nenhuma delas apresentou, ainda, uma leitura teórico-metodologicamente capaz de contemplar na análise as peculiaridades dos diferentes lugares, as diferenças entre formações econômico-espaciais e, no mesmo tempo, a articulação dessas escalas com as determinações de âmbito mundial. Nossa proposta é a de realizar uma sucinta análise dos paradigmas de interpretação da pesquisa urbana na França e na América Latina, com base nos seguintes autores - Jaramillo e Topalov - tendo em vista a qualidade de seus trabalhos, expressos pela consistência e capacidade de síntese. Essas características permitem-nos fazer uma avaliação coerente sobre diferentes formas de análise da pesquisa urbana. Assim, é importante ressaltar que pretendemos fazer uma breve análise desse processo, o que a nosso ver, poderá contribuir para a compreensão dos avanços e limitações da produção realizada entre os anos sessenta e oitenta, na perspectiva de compreensão das possibilidades para esse campo de investigação nos anos noventa.

Palavras-chave: pesquisa urbana; Geografia urbana; França - pesquisa urbana; América Latina - pesquisa urbana.

¹ A reflexão apresentada neste texto resulta das leituras e debates realizados no GASPERR - Grupo Acadêmico "Produção do espaço e redefinições regionais", entre os bolsistas do projeto integrado de pesquisa "Multi(poli)centralidade urbana: Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto", realizado com o apoio do CNPq, sob a orientação de Maria Encarnação Beltrão Sposito.

² A reflexão apresentada neste texto resulta das leituras e debates realizados no GASPERR - Grupo Acadêmico "Produção do espaço e redefinições regionais", entre os bolsistas do projeto integrado de pesquisa "Multi(poli)centralidade urbana: Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto", realizado com o apoio do CNPq, sob a orientação de Maria Encarnação Beltrão Sposito. Estudante do 4º ano do Curso de Graduação em Geografia - FCT/UNESP. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia; Caixa Postal: 957. CEP. 19060-900. E-Mail: depgeo@prudente.unesp.br

³ Professora do Departamento de Geografia - FCT/UNESP. Endereço para Correspondência: Caixa Postal: 957. CEP. 19060-900. Tel. (018) 221-5388; FAX (018) 223-2227. E-Mail: beltrao@prudente.unesp.br

Nosso ponto de partida para a produção deste texto é a constatação da diminuição das pesquisas urbanas com base em referenciais marxistas, as quais predominaram durante os anos setenta, na França, e que continuaram a ter importância, durante os anos oitenta, em países latino-americanos, dentre eles o Brasil.

Esse declínio do número de pesquisa é muitas vezes interpretado como a crise da pesquisa urbana crítica ou marxista radical e estimula uma reflexão acerca da história recente desse campo de investigação, na perspectiva de compreender sua evolução e a natureza de suas mudanças.

Para a recuperação sucinta dessa história, trabalharemos com os autores já enunciados no título deste texto, a partir de dois artigos⁴ que, pela consistência e capacidade de síntese, permitem-nos fazer uma avaliação desse processo.

Partiremos do que Topalov considerou como crise da pesquisa urbana crítica. Para ele, essa crise manifesta-se em três níveis: - o objeto da pesquisa urbana se dissipa; - suas instituições se esfacelam; - seus conceitos se esgotam.⁵

As novas formas de assentamento humano redesenham-se territorialmente. As manchas urbanas, cada vez mais extensas e conectadas entre si, passam a ser denominadas de regiões urbanas e as distinções entre o urbano e o rural diminuem, quer se considere suas territorialidades, quer se observe seus papéis, quer se analise as práticas sociais que lhes eram próprias. Assim, o delineamento do próprio objeto da pesquisa urbana encontra-se menos claro.

As transformações que marcam o fim do século XX, por sua vez, tornam progressivamente frágeis as instituições engendradas na Modernidade. A idéia de que vivemos sob a fugacidade de valores e idéias que se impõem e se dissipam rapidamente, o que alguns autores vem caracterizando como a Pós-Modernidade, evidenciam a fragilidade das instituições contemporâneas, tanto aquelas atreladas ao Estado, como as que representam as diferentes formas de organização da Sociedade Civil. As cidades como materialização de transformações de caráter mais amplo, expressam as repercussões desse processo em suas formas de estruturação e articulação.

⁴ TOPALOV, Cristian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço & Debates*. São Paulo, n. 23, p. 5-30, 1988.

JARAMILLO, Samuel. El desenvolvimiento de la discusión sobre la urbanización latinoamericana: hacia un nuevo paradigma de interpretación. In: JARAMILLO, Samuel. *Urbanización Latinoamericana*. Bogotá: Escala, 1993, p. 9-44.

⁵ Topalov (1988, p. 5).

A decorrência direta dessas duas dinâmicas é a superação dos conceitos construídos a partir de escopos teórico-metodológicos, engendrados em outros contextos históricos.

Assim, a reflexão sobre as abordagens da pesquisa urbana recente pode permitir um debate, a partir do qual emergem propostas de novos paradigmas de análise. Essa reconstrução teórico-conceitual é ainda mais importante para os países latino-americanos em fase de crescimento econômico, em cujas cidades as disparidades sócio-econômicas, que resultam das formas de crescimento adotadas, evidenciam-se de forma contundente.

Para pontuarmos melhor a discussão, faremos uma breve sistematização de correntes teóricas e abordagens da geografia urbana da escola francesa e de suas tendências latino-americanas.

A França, na década de sessenta, foi marcada pela gestão tecnocrata do desenvolvimento urbano. Esse quadro político-administrativo foi instalado no período do crescimento capitalista da economia, em que ocorreu um impulso maior no setor imobiliário e do capital financeiro, o que criou condições para a emergência de propostas de planejamento voltadas para o desenvolvimento, no sentido econômico desse termo.

Nesse contexto, o Estado pediu apoio aos intelectuais, que passaram a atender as demandas de pesquisas fortemente voltadas à compreensão dos processos econômicos, deixando em um segundo plano os interesses de ordem social.

Ainda que na França, o estreitamento das relações entre o aparato de Estado e os intelectuais, no que tange à pesquisa urbana, tenha se dado a partir da década de 60, nos Estados Unidos, desde a década de vinte, com o desenvolvimento da Escola de Chicago, pesquisas foram realizadas a partir de relações entre a Universidade e a Sociedade Civil. Ainda que nessas pesquisas os interesses da classe patronal tivessem um lugar de destaque, elas também se voltaram à compreensão do mundo do trabalho e das profissões.

É justamente com base nos paradigmas da Escola de Chicago, que os pesquisadores franceses dos anos 60 vão desenvolver suas investigações e estruturar novas correntes teóricas inspiradas na Ecologia Urbana, através da importação de uma metodologia analítica de forte base matemática. Elaboraram-se modelos de mercado fundiário e imobiliário baseados na teoria do *Filtering up* e modelos globais de desenvolvimento.

Os planejadores passaram a orientar seus planos, tomando como pressuposto a relação entre o comportamento do homem e as características físicas do espaço urbano, minimizando a importância da análise e compreensão das tensões sociais.

Quando nos voltamos à análise dos países latino-americanos, desde os anos cinquenta, é possível observar uma forte adesão à Teoria da Marginalidade nas pesquisas urbanas, como expressão de uma extensão espacial das teses positivistas das correntes da sociologia urbana norte-americana.

A tese central deste corpo teórico conserva os princípios básicos de sua escola de origem, tomando como referência a afirmação da existência de *Urbes* na América Latina com barreiras culturais que bloqueiam a passagem do tradicional para o moderno. Caracteriza-se, também, pelo reforço da importância do papel da intervenção do Estado visando o desenvolvimento econômico.

Jaramillo⁶ refere-se a duas versões da Teoria da Marginalidade. A primeira, chamada 'de direita', fortemente baseada no determinismo ecológico, propunha a eliminação dos resquícios de ruralidade nas cidades, como condição para uma verdadeira integração dos grupos a uma sociedade moderna, do tipo urbano.

Para a segunda vertente, denominada 'de esquerda', as razões que explicam a existência de grupos marginais no interior das cidades são encontradas nas ações das classes dominantes e do Estado e a superação dessa condição de marginalidade estaria na modernização, via educação profissional e ampliação dos canais de participação política.

É, portanto, a partir de contextos diferentes, que no decorrer dos anos setenta, na França, onde a nova dinâmica eclodiu primeiramente, e na América Latina, onde a nova tendência expressou-se com maior evidência nos anos oitenta, que se observa o auge do pensamento marxista, como paradigma predominante na orientação da pesquisa urbana.

Essa manifestação tem forte relação com o quadro social, político e econômico mundial e, especialmente, aquele dos países onde essa dinâmica se evidenciou com maior relevância.

É importante lembrar, para o caso francês, a importância do movimento de 1968, que permitiu uma crítica generalizada à sociedade francesa e, sobretudo, às

⁶ Jaramillo (1993, p. 17-18)

formas de organização da Universidade e de suas frentes de pesquisa, aí incluso suas relações com o Estado.

Para compreender a emergência de tendências de mesma base na América Latina na segunda metade da década de setenta, é preciso considerar o esforço da Sociedade Civil em promover a retomada da democracia em diferentes países que haviam vivido ou ainda estavam sob regimes militares.

Nos dois casos, a forte articulação das organizações de esquerda teve seu papel no processo de redefinição política, o que se refletiu na reorientação teórico-metodológica das investigações.

As pesquisas urbanas de base marxista, dominantes nos anos 70 e 80, colocaram a cidade como local estratégico da ação estatal e da emergência dos conflitos sociais. Assim, as políticas urbanas tornaram-se o objeto principal das investigações, num período em que a ação estatal começava a mostrar sua incapacidade de atender às diferentes demandas sociais no interior das cidades, face à crise da economia mundial, que começou a se desenhar mundialmente, em 1973, e atingiu níveis elevados, nos anos oitenta, em países latino-americanos fortemente assolados por processos inflacionários e aumento de suas dívidas externas.

Na França, a análise crítica das políticas urbanas era fundamental para os pesquisadores, durante os anos setenta, que engajados ou identificados com grupos político-partidários que tinham como bandeira o socialismo, interessavam-se em mostrar que os problemas que se evidenciavam nas cidades, decorriam de uma política de Estado não comprometida com a diminuição das disparidades sócio-econômicas.

Na América Latina, ainda no decorrer da mesma década, temos a emergência da Teoria da Urbanização Dependente, como resultado do esforço de construir uma leitura teórico-metodológica capaz de explicar as especificidades desse sub-continente.

O novo paradigma criticava a leitura preconizada pela Teoria da Marginalidade, asseverando que o processo de urbanização latino-americano não poderia ser compreendido como uma dinâmica que se encontrava em etapa anterior àquela vivenciada pelos países centrais. Ao contrário, esse processo só poderia ser compreendido se a reprodução capitalista fosse analisada em seus diferentes planos - econômico, político, jurídico, social e ideológico.

Em que pese, as críticas ao caráter estruturalista dessa proposta, sua busca de fundamentos teórico-metodológicos marxistas, a partir da decisão de não importar os modelos explicativos produzidos pelos intelectuais do centro do sistema,

foram fundamentais para a emergência de um amplo debate acerca da dinâmica de urbanização e da materialização, na escala das cidades, das relações econômicas estabelecidas no nível internacional e das políticas urbanas implantadas pelo poder público desses países.

Esses planos de análise estavam diretamente associados às dinâmicas consideradas como centrais pelos elaboradores dessa teoria, que se baseava na idéia de que há uma dominação dos países centrais sobre os periféricos, gerando uma espécie de "colonialismo externo", que se reproduz no interior dos países latino-americanos, a partir das práticas políticas de suas elites.

Alguns autores avaliam que, em grande parte, os enfoques emergentes nos anos 80 tiveram como ponto de partida a proposta de superação da Teoria da Urbanização Dependente. Dentre essas iniciativas podemos inserir o que Jaramillo denominou de crítica singeriana, ao destacar a importância dos textos do economista Paul Singer para a redefinição da pesquisa urbana latino-americana.

O ponto de partida de Singer foi o questionamento da idéia de que todas as explicações apresentadas pela Teoria da Urbanização Dependente tinham como base central a atribuição da responsabilidade ao capital imperialista, quando se tratava de explicar a natureza da urbanização latino-americana.

Singer chama atenção para a necessidade de estudarmos as formações sociais latino-americanas, como condição para compreender seu caráter essencialmente capitalista. Esse prisma de análise diminui a importância das determinantes externas e critica a posição política subjacente à Teoria da Urbanização Dependente, posição essa segundo a qual o caminho para a superação dos problemas latino-americanos passaria pelo desenvolvimento capitalista autônomo⁷, visto que esses problemas decorriam do forte grau de dependência dessas economias.

A crítica singeriana estava comprometida com a necessidade de evidenciar essa visão e mostrar que as forças políticas e econômicas dominantes no interior da América Latina tinham, essencialmente, interesses capitalistas e a análise de suas ações permitiria compreender a natureza dos problemas urbanos.

Paralelamente, na França dos anos oitenta, surgem novos objetos de pesquisa urbana. As atenções deixam de focar as relações entre o Estado e a Sociedade Civil, na perspectiva de criticar a incapacidade do primeiro em atender as demandas sociais.

⁷ Jaramillo (1993, p. 25-28).

À medida em que os interesses se voltam mais para a análise das dinâmicas que interessam a compreensão das condições e limitações que se impõem à reprodução social, no sentido amplo deste conceito, a pesquisa urbana se esfacela em múltiplas frentes de investigação e em diferentes enfoques teórico-metodológicos.

Essa multiplicidade decorre em parte do fim da supremacia das pesquisas voltadas à compreensão dos fenômenos macro-sociais. Multiplicaram-se as investigações que passaram a priorizar a análise do local, do micro-social e do cotidiano.

Do ponto de vista teórico-metodológico, os paradigmas também se multiplicaram. Aparecem e se ampliam as pesquisas urbanas baseadas em autores interessados numa releitura do quadro analítico herdado do marxismo clássico, à luz da realidade contemporânea, dentre os quais se destaca Henri Lefèbvre. Há, também, os pesquisadores que redescobrem a Escola de Chicago, sobretudo quando se propõem a uma nova compreensão das dinâmicas de estruturação dos espaços internos das cidades. Embora em número menor, é, ainda, necessário fazer referência às pesquisas baseadas nos pressupostos fenomenológicos, a partir dos quais as cidades podem ser analisadas, a partir das formas como os indivíduos percebem e vivenciam seus espaços.

Na América Latina, essa multiplicação de enfoques e objetos de pesquisa começou a ganhar alguma importância nos anos 90, pois durante os anos 80 permaneceu dominante a leitura marxista da realidade urbana, ainda que se considere a diversidade de enfoques e as nuances teórico-conceituais que os diferenciam.

Para ilustrar essa tendência, é importante destacar que pesquisadores da América Latina, como Jaramillo, apresentam novas formas de análise da pesquisa urbana. Esse autor propõe uma análise da dinâmica espacial do capitalismo avançado a partir da afirmação de que as grandes cidades metropolitanas se diferenciam das pré-metropolitanas por dissolver, aparentemente, a oposição campo-cidade. Para esse autor, o que define a região metropolitana é a difusão espacial das atividades, funções e grupos, e sua interdependência em relação a uma dinâmica social.

Por outro lado, essa dinâmica independe de continuidade territorial do espaço metropolitano e é resultado de trocas estruturais globais dos países centrais quando ingressam em um estado do capitalismo monopolista, transformando as regras de distribuição espacial. As dinâmicas e mudanças experimentadas pelo capitalismo geram redefinições profundas bem como emergem e se expressam em espacialidades múltiplas.

Para compreender a dinâmica espacial do capitalismo monopolista periférico, Jaramillo propõe uma análise voltada para a compreensão do crescimento

das atividades terciárias, da proletarização peculiar de seus habitantes, dos reflexos do impacto populacional da reprodução da força de trabalho e das discrepâncias das condições de vida entre pequenas e grandes cidades, derivadas do movimento do capital que concentra setores diversos e mais modernos nas principais cidades.

Assim, Jaramillo pretende contribuir para explicar o acentuado crescimento demográfico e funcional das cidades latino-americanas.

A nosso ver, esse autor evidencia várias determinantes que devem ser consideradas em uma proposta de análise que possa se constituir num novo paradigma de interpretação. Mas, por outro lado, desconsidera as especificidades dos países latino-americanos, determinadas por seu cotidiano, sua cultura, suas dimensões territoriais e seus padrões de desenvolvimento econômico. Se é possível estabelecer identidades entre as dinâmicas de urbanização de países como Venezuela e Colômbia, por exemplo, há diferenças fundamentais entre esses países e o Brasil ou o Uruguai.

Assim, a preocupação de Singer, criticada em parte por Jaramillo, deve a nosso ver ser valorizada. É preciso que se considerem as diferentes formações sociais no interior da América Latina, ainda que se tenha como meta compreender as dinâmicas gerais que marcam a sua urbanização.

Atualmente, no Brasil, a pesquisa urbana demonstra dificuldades em capitalizar os resultados de dez anos de pesquisa marxista. Ainda que esse paradigma tenha perdido importância, concordamos com Topalov (1988), quando afirma que sua superação se baseia no exame crítico dos resultados obtidos pelos pesquisadores estruturalistas e marxistas, ultrapassando seus limites sem negar os conhecimentos adquiridos.

As tentativas de busca de novos paradigmas não atingiram, ainda, o nível de consistência teórico-conceitual atingido nos anos 80. Quanto mais tentamos trabalhar com análises globais, caímos na necessidade de analisar o local, pois há especificidades derivadas do cotidiano e da cultura de cada sociedade.

Por outro lado, quando a análise privilegia como ponto de partida a escala local, são grandes as dificuldades à contribuição para uma compreensão mais ampla do processo de urbanização, de sorte a avaliar as relações entre esse processo, no sentido amplo do termo, e as dinâmicas que se desenvolvem de múltiplas formas nas cidades.

Há que se considerar, de qualquer forma, que características próprias derivadas de uma representação espacial e influência ideológica se materializam no

espaço e direcionam as relações sociais de produção, gestando a atual conjuntura social.

Reforçar um paradigma analítico, que metodologicamente proponha a observação de traços peculiares aos territórios diferentes, poderia gerar uma visão panóptica, que levaria a conclusões generalizadas ou até mesmo errôneas.

A nosso ver, o grande desafio que se nos coloca é aquele de trabalhar com as relações entre o mundial e o local, não esquecendo que há outras escalas, como a do Estado-nação, em que se tomam decisões de ordem política e se definem valores ideológicos, os quais terão rebatimento sobre a sociedade, o território e as relações que entre eles se estabelecem.